



10º Encontro Internacional de Política Social
17º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Democracia, participação popular e novas resistências
Vitória (ES, Brasil), 27 a 29 de agosto de 2024

Eixo: Serviço social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Serviço Social e Conservadorismo: Desafios e possibilidades no tempo presente

Liliane Gomes de Abrantes Andrade¹

Resumo: O artigo aborda a origem do conservadorismo clássico, suas reconfigurações e implicações para o Serviço Social, dando destaque aos desafios e possibilidades colocados à profissão no tempo presente, marcado pela reascensão do neoconservadorismo. Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma revisão bibliográfica, realizada mediante o levantamento de referências que versam sobre a temática. Os resultados nos permitem indicar a presença de traços conservadores no âmbito da profissão, como pragmatismo; metodologismo com ênfase no tecnicismo, teorismo acrítico, voluntarismo, assistencialismo etc., estes, favorecidos pelo processo de mercantilização da formação em Serviço Social à distância, devido sua incompatibilidade com as Diretrizes Curriculares de 1996.

Palavras-chave: Conservadorismo; Serviço Social; Formação profissional; Desafios; Possibilidades.

Social Service and Conservatism: Challenges and possibilities in the present time

Abstract: The article addresses the origin of classical conservatism, its reconfigurations and implications for Social Work, highlighting the challenges and possibilities posed to the profession in the present time, marked by the resurgence of neoconservatism. From a methodological point of view, this is a bibliographic review, carried out by surveying references that deal with the topic. The results allow us to indicate the presence of conservative traits within the profession, such as pragmatism; methodology with an emphasis on technicality, uncritical theoreticalism, voluntarism, assistentialism, etc., these, favoured by the process of commercialisation of training in Social Work at a distance, due to its incompatibility with the 1996 Curricular Guidelines.

Keywords: Conservatism; Social service; professional qualification; Challenges; Possibilities.

Introdução

Este artigo se propõe analisar a origem do conservadorismo clássico, suas reconfigurações ao longo do processo histórico e suas implicações para o Serviço Social, destacando os desafios e possibilidades postos à profissão na contemporaneidade, marcada pela escalada neoconservadora.

O conservadorismo, enquanto tendência que surge da necessidade de preservação e manutenção de determinado sistema social, é apropriado pela ordem burguesa, já nas primeiras décadas do século XIX, mediante um processo de reconfiguração de seus ideais. É nesse cenário de consolidação da burguesia e do acirramento da luta de classes, que houve a adequação do pensamento conservador com

¹ Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pernambuco (UFPE). E-mail: gomesufcg@hotmail.com.

os ideais burgueses, na perspectiva de defender a ordem social do capital e garantir sua reprodução e manutenção do *status quo*.

As metamorfoses do pensamento conservador não se encerram em sua associação aos valores e princípios da burguesia, seguem ao longo do curso histórico, assumindo feições e faces diversas, ora ascende, ora descende, conforme as condições histórico sociais dadas.

É sob os arautos do projeto neoliberal, que o chamado neoconservadorismo – o conservadorismo travestido de novas roupagens - apresenta sinais de ascensão em escala mundial. No Brasil, os indícios dessa ascensão se manifestam de forma expressiva na segunda década dos anos 2000, de forma mais precisa, a partir de 2013, período marcado pelas jornadas de junho, que desencadearam uma série de respostas de cunho conservador, tais quais reascendem, de forma ainda mais intensa, a partir de 2018, com o avanço da onda bolsonarista na disputa das eleições presidenciais.

Diante desse cenário, expresso na escalada do neoconservadorismo, são colocados uma série de desafios ao Serviço Social que, embora tenha rompido com o pensamento conservador, presente em sua gênese, mediante o processo de renovação, sobretudo, a partir da vertente intitulada por Netto (2015), como intenção de ruptura, que culminou na construção de uma nova cultura profissional e de um Projeto Profissional de inspiração marxista, a profissão continua em um embate constante com o neoconservadorismo.

Nesse sentido, no tempo presente, marcado pela reascensão neoconservadora, agora com faces fascistas, moralistas e irracionais, o Serviço Social se depara com fortes traços conservadores na profissão, como pragmatismo, tecnicismo acrítico, voluntarismo, assistencialismo, entre outros, que são favorecidos pela mercantilização da formação em Serviço Social na modalidade à distância em curso, em função da fragilidade da formação e de sua incompatibilidade com as Diretrizes Curriculares de 1996. Além disso, a profissão assiste a presença de tendências teóricas pós-modernas, sistêmicas e neoconservadoras em disputa pela sua direção estratégica.

Assim, a profissão é desafiada e interpelada a traçar estratégias de enfrentamento a atual conjuntura. Para tanto, algumas possibilidades, que não são dadas pelo processo histórico, mas construídas a partir da nova cultura profissional de inspiração marxista, estão dispostas e, seguramente, oferecem elementos teórico, ideopolítico no confronto ao neoconservadorismo, tais quais trataremos de expor na

problematização que sucede.

Conservadorismo clássico, suas reconfigurações e ascensão no tempo presente

O conservadorismo constitui-se um fenômeno histórico, complexo e resultante de inúmeras determinações sociais. Suas primeiras expressões emergiram após o contexto da Revolução Francesa, quando a burguesia ascende ao poder e nega o seu caráter revolucionário, convertendo-se numa classe eminentemente conservadora.

De acordo com Nisbet (1981), o conservadorismo, enquanto uma filosofia social definida, surge como uma resposta à Revolução Francesa, e a perda do *status*, assistida em toda Europa ocidental, em decorrência das mudanças econômicas, da secularização da moral e da centralização política. Nesses rumos, os conservadores se voltavam às sociedades medievais, em busca de inspiração de modelos e parâmetros, contra os quais se colocava a sociedade moderna.

Nesse contexto, marcado pela crítica à modernização, aos princípios individualistas e racionalistas, a ideia de ordem e liberdade, os conservadores foram levados a formular ideias/proposições acerca da natureza da sociedade e dos homens. Edmund Burke², pensador inglês, inaugura as bases históricas desse pensamento, sua filosofia política, em resposta aos preceitos iluministas da Revolução Francesa e seus ideais, que apontavam para a necessidade de se manterem os valores institucionais da família, das corporações e da igreja (BURKE, 1970), uma vez que a tradição, o organicismo e o ceticismo eram bases fundamentais para pensar aquela nova sociedade.

Tratava-se, pois, aqui, de um intento conservador para restaurar o antigo regime decadente, valorizando certa cultura antirrevolucionária que se voltava contra a desagregação dos costumes e de valores das classes sociais decadentes diante da ordem burguesa que se consolidaria em definitivo nos primeiros trinta anos do século XIX (Moljo; Silva, 2018, p.120)

Conforme Nisbet (1981), a crítica conservadora ao sistema capitalista era no mesmo nível das críticas ao individualismo, igualitarismo e secularismo. Porém, já nas primeiras décadas do século XIX, os pensadores conservadores não mais consideravam o liberalismo e a soberania popular como alvo de críticas, ainda que concordassem com

² Burke era irlandês, anglicano e ligado à aristocracia da terra, defendia valores religiosos para a vida social, a recristianização da sociedade, a pureza da fé, a defesa da propriedade privada e a autoridade. Seu pensamento combate o iluminismo e vai influenciar o pensamento sociológico, presente em autores como Auguste Comte (1798-1857), Pierre Frédéric Le Play (1806-1882) e especialmente em Émile Durkheim (1858-1917) onde está presente o mais importante elo entre o conservadorismo e o estudo do comportamento humano (Yazbek, 2020, p.300).

a necessidade de limites, para garantir a estabilidade e a ordem social. Isso porque a burguesia, ao ascender ao poder e negar seu caráter revolucionário, reinterpreta noções e ideias conservadoras e as colocam como noções ideologicamente válidas, para responder às necessidades da própria sociedade capitalista e garantir seu processo de reprodução. Yamamoto (2013) esclarece:

O conservadorismo não é assim apenas a continuidade e persistência no tempo de um conjunto de ideias constitutivas da herança intelectual europeia do século XIX, mas de ideias que, reinterpretadas, transmudam-se em uma ótica de explicação e em projetos de ação favoráveis à manutenção da ordem capitalista. Isso aproxima os pensamentos conservador e racional, apesar de suas diferenças, como portadores de um mesmo projeto de classe para a sociedade (Yamamoto, 2013, p.26)

Essa reinterpretação de categorias, obscurece as contradições entre pensamento conservador e sociedade capitalista, na tentativa de ocultar suas desigualdades, ou seja, o conservadorismo é um fenômeno que, ao longo do processo sócio-histórico, assume múltiplas faces, mas que ocupa uma clara posição no âmbito das lutas de classes.

A partir dos anos de 1970, com o advento da política econômica neoliberal, em resposta à crise generalizada de superprodução do capital (Mandel, 1982), convivemos com faces reformistas do pensamento conservador. De acordo com Medeiros (2020), essa mescla entre liberais e conservadores, que ocorreu na Inglaterra e nos Estados Unidos, nos anos de 1970, é nomeada de “nova direita”, enquanto resposta ao movimento da nova esquerda de 1960. A chamada nova direita, além de defender as soluções ditadas pelo mercado para os problemas sociais e políticos, faz críticas às ideias de justiça social do Estado de bem-estar social (Medeiros, 2020).

No Brasil, embora muitos estudos indiquem e/ou apontem o ano de 2018 como marco na ascensão do conservadorismo societal na cena contemporânea, o que não é uma inverdade, é possível identificarmos traços desse processo já nos anos 2000. Segundo Medeiros (2020), a ascensão do conservadorismo no Brasil, manifestou-se, de forma expressiva, durante as jornadas de junho de 2013, movimento que desencadeou a formulação de pautas, através das redes sociais e fomentaram o movimento “vem para a rua”, bem como o “Movimento Brasil Livre” (MBL), tais quais ganharam ênfase no contexto, marcado pelo *impeachment* da então presidenta, Dilma Roussef, no ano de 2016, pela crise econômica e pelos vários escândalos de corrupção, no âmbito da política vinculados ao PT. Assim, há um avanço significativo das pautas conservadoras e

reacionárias, que ganham força com a emergência do Bolsonarismo. Trata-se de “um conservadorismo de traços fascistas, expresso no individualismo competitivo exacerbado, preconceituoso, pressionado pelo consumo e que vive com um grau de incerteza e ansiedade sem precedentes” (Yazbek, 2020, p.302).

Em um cenário demarcado por total aversão ao Partido dos Trabalhadores (PT), tendo os aparelhos midiáticos e jurídicos um papel crucial nesse feito, Bolsonaro encontra solo fértil para se eleger, embora sua figura política não fosse a primeira, nem de longe, a opção mais adequada a dar sequência ao projeto ultraneoliberal.

Nesse quadro histórico, tem-se um crescimento vertiginoso das vertentes irracionaisistas, em sua relação com a ideologia fascista, especialmente, a nazifascista no mundo europeu. Conforme Barroco (2015), o irracionalismo difunde o pessimismo, o anti-humanismo, o individualismo e desvaloriza a verdade objetiva, camuflando as contradições sociais e naturalizando suas consequências. Tanto o irracionalismo, quanto o conservadorismo encontram condições propícias em cenários marcados por crises, ambos ascendem, na medida que captura mais adeptos.

É nesse cenário de disputa e de efervescência do neoconservadorismo, que parte do legislativo tem empreendido esforços para imprimir, de forma legal e “democrática”, seu direcionamento conservador, por meio de projetos de Lei, PECs e medidas.

Entre outros, podemos citar: a ala dos militares, denominados de bancada da bala, que constitui o grupo que comanda a crítica aos direitos humanos e a volta da ditadura militar; a bancada evangélica que, a partir dos valores sagrados, vem realizando críticas às pautas LGBT, entre outras. Temos ainda os segmentos dos liberais que fazem a defesa do livre mercado e que criticam os programas sociais (Medeiros, 2020, p.13)

Assiste-se a uma reascensão neoconservadora tanto no plano internacional, quanto no Brasil, cujas principais frentes são a moral de cunho familista e religiosa. Com o *slogan* “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, Jair Bolsonaro consegue atrair milhares de seguidores, dentre eles, fundamentalistas religiosos, militares, grandes produtores do agronegócio, antipetistas, sertanejos do ramo musical entre outros. Um legado na escalada conservadora, que longe de ter sido sucumbido com a vitória do presidente Lula, nas últimas eleições presidenciais, ocorridas em 2022, segue vivíssimo. Assim, sabendo que o conservadorismo nunca deixou de constituir o Serviço Social, o tempo presente nos coloca a tarefa inadiável de enfrentamento da reconfiguração e reascensão neoconservadora, o que trataremos de problematizar na sequência.

O serviço social frente a reascensão do conservadorismo na cena contemporânea

O Serviço Social, na sua gênese, emerge haurido pelo pensamento conservador, na medida que se aproxima, inicialmente, a um referencial teórico filosófico, de cunho humanista e conservador, isto é, o neotomismo e posteriormente, por volta da década de 1940, ao positivismo, bem como ao estruturalismo/funcionalista. Assim,

O pensamento conservador, seja ele mais avesso ou mais adequado às transformações propiciadas pela revolução burguesa claramente consolidada na primeira metade do século XIX, foi o componente que sustentou a gênese do Serviço Social como profissão e determinou certa cultura profissional. [...] Assim, a cultura profissional que sustentou a gênese do Serviço Social como profissão era de cunho conservador, cuja base material já se constituía como hegemonicamente burguesa. Nas condições particulares do Brasil, no contexto marcado pela era Vargas da década de 1930, tinha forte influência de ideias e de conceitos positivistas, do higienismo e do conservadorismo da igreja católica e das elites burguesas de perfil oligárquico (Fernandes, 1987 e 2009), moralista, conformando o que lamamoto (1994) denominou de "arranjo teórico-doutrinário" (Moljo; Silva, 2018, p.121)

É somente a partir da década de 1960, em um contexto de ditadura militar, que parte das/os profissionais começam a questionar as suas bases tradicionais, seja em função do conjunto de transformações sociais, seja em função da interlocução do Serviço Social com forças progressistas.

É diante desse cenário, que se inicia o processo de ruptura com o Serviço Social tradicional. Segundo Netto (2015), inaugura-se o movimento de reconceituação em toda a América Latina, o qual o autor nomeia de processo de renovação no Brasil, considerando que a reconceituação, só ocorre a partir da interlocução do Serviço Social, com as teorias marxistas de forma efetiva. Assim, trata-se de um processo de intenção de ruptura com o conservadorismo no Serviço Social, expresso em três momentos: Vertente modernizadora, caracterizada pela incorporação de abordagens funcionalistas, estruturalistas e, mais tarde, sistêmicas de cariz positivista, tal qual Netto (2015) chamou de modernização do conservadorismo; Vertente reatualização do conservadorismo, inspirada na fenomenologia, que propõe uma metodologia dialógica junto aos sujeitos; Vertente intenção de ruptura, em que há uma aproximação ao marxismo. Embora, essa aproximação a teoria social de Marx, aconteça, inicialmente, de forma enviesada.

É a partir da chamada vertente de intenção de ruptura, que o Serviço Social rompe com suas formas tradicionais e começa a construir a hegemonia de novos referenciais teórico-metodológicos e interventivos, a partir da tradição marxista, tal processo promoveu, o que Moljo e Silva (2018) chamam de uma "nova cultura

profissional³", vinculada à construção do projeto ético-político profissional, ligado a projetos societários libertários, isto é, sem dominação e ou exploração de classe, gênero e etnia.

Contudo, o próprio Netto (2015) esclarece que, apesar da hegemonia da tradição marxista no âmbito da profissão, fruto do enfrentamento hegemônico ao conservadorismo, ainda se faz presente traços do conservadorismo no Serviço Social. Boschetti (2015) defende que o conservadorismo nunca deixou de constituir o Serviço Social e nunca deixará, pois o pensamento conservador é, e sempre será, alimento imprescindível da reprodução do capital, logo, nunca sairá de cena. Em outras palavras, é um alimento central para conservar a sociedade capitalista, seu processo de produção e reprodução das relações sociais, no qual se insere a profissão.

Se em 1980 assistimos um avanço significativo da profissão na construção de uma nova cultura profissional, é neste mesmo período que surge o chamado neoconservadorismo, em um contexto marcado pelo advento neoliberal e um conjunto de medidas, que podem ser identificadas a partir dos processos de reestruturação produtiva, das transformações no mundo do trabalho e da contrarreforma do Estado.

Nesse contexto, há um claro resgate de valores moralistas e apoio a medidas conservadoras, a exemplo da defesa do livre mercado, da disputa do fundo público, da mercantilização dos serviços públicos, como a saúde, previdência social, educação, somado ao estímulo a medidas que acirram a competitividade, o individualismo e valores liberais conservadores (Medeiros, 2020). É diante desta conjuntura, marcada pela ascensão do neoconservadorismo, logo, por tendências regressivas no campo dos direitos, que o Serviço Social, inserido na divisão sociotécnica do trabalho, sofre consideravelmente as repercussões dessa ofensiva.

³ A cultura profissional expressa uma forma de conceber o mundo, e, portanto, uma forma de intervir na realidade concreta; implica ter uma concepção dos sujeitos que se manifestam na forma de relacionarmos com estes. Implica, ainda, escolher determinados objetos de estudos e analisar o homem na sua sociabilidade humana. A dimensão da cultura pode ser considerada como chave heurística para análise de nossa profissão, seja para a intervenção do assistente social, seja para o conhecimento dos sujeitos, assim como para a compreensão da realidade concreta. Entretanto, esta dimensão não pode ser isolada da totalidade social mais ampla. Ela se inscreve dentro de uma totalidade maior e complexa. A cultura se inscreve dentro do processo de construção da história, ela faz parte deste complexo histórico, sendo a sua autonomia sempre relativa. (Moljo; Eiras; Santos, 2012, p. 109 apud Moljo; Silva, 2018, p.117).

De acordo com Medeiros (2020), identifica-se alguns traços do conservadorismo no Serviço Social no atual cenário, sendo estes: O aligeiramento, flexibilização e mercantilização da formação profissional; A atuação tecnicista no mercado de trabalho e a produção no âmbito do conhecimento superficial, fragmentada e relativizada, o que coloca uma série de desafios à formação profissional, ao exercício profissional e a dimensão da produção do conhecimento no âmbito do Serviço Social. Boschetti (2015) defende que o conservadorismo tem obtido espaço no âmbito da profissão, mediante a expansão da formação profissional aligeirada, que, por sua vez, tende a estabelecer um divórcio entre pensar e fazer, isto é, entre a teoria e a prática.

Nesse sentido, são emblemáticas as tendências para a profissão, pois o Serviço Social vem acompanhando o movimento de expansão do ensino superior no país, apresentando um crescimento significativo de sua oferta em instituições de ensino superior predominantemente privadas, sobretudo, por meio do ensino na modalidade a distância.

De acordo com dados do E-mec⁴ (2023), o número total de instituições de ensino superior ofertantes do curso de Serviço Social no país, é de 623, sendo 67 públicos e presenciais, 397 privados e presenciais e 159 privados à distância. Os dados expostos, reafirmam a tendência de privatização que a formação em Serviço Social assume desde 1970, período de vigência do regime autocrático, visto que 89,24% dos cursos de Serviço Social ofertados no Brasil são privados.

Cabe assinalar que este percentual de cursos privados seria ainda maior se levássemos em consideração a quantidade de polos de ensino a distância, que ofertam o curso de Serviço Social no País. Conforme dados do E-mec (2023), as 159 IES que ofertam o curso de Serviço Social não presencial, possuem, em atividade, cerca de 13.718 polos ofertando o curso supracitado. Esses dados confirmam as tendências de crescimento desmesurado da oferta de cursos de Serviço Social privados e a distância, ao longo dos últimos anos, o que se apresenta de maneira ainda mais preocupante, se analisarmos a oferta de vagas. Seguindo os dados coletados do *site* E-mec (2023), enquanto as 67 IES públicas presenciais, oferecem 5.248 vagas, anualmente, para o curso de Serviço Social no país; as 397 IES privadas presenciais, ofertam 62.856 vagas anuais para o curso; e as 159 IES na modalidade a distância, ofertam 239.073 vagas ao ano, por

⁴ Levantamento de dados realizado em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em agosto de 2023.

meio de seus mais de 13 mil polos.

Nesses rumos, o neoconservadorismo encontra na mercantilização da formação em Serviço Social, pela via privada e na modalidade a distância, solo fértil. Isso porque um/a profissional graduado/a, a partir de um ensino aligeirado e incompatível com as Diretrizes Curriculares de 1996, sem a devida participação em atividades, como pesquisa, extensão, movimentos sociais, estágio supervisionado conforme a PNE, como denuncia o conjunto CFESS-CRESS, em seus documentos intitulados “Sobre a incompatibilidade entre Graduação à Distância e Serviço Social”, incorre, potencialmente, em assumir uma postura meramente pragmática e burocrática, restringindo sua atuação profissional ao conjunto de técnicas, ao instrumentalismo e ao metodologismo, favorecendo a reatualização do conservadorismo no âmbito da profissão.

Barroco (2011, p. 212-213), esclarece que “a reatualização do conservadorismo é favorecida pela precarização das condições de trabalho e da formação profissional, pela falta de preparo técnico e teórico, pela fragilização de uma consciência crítica e política”. Para a autora, isso pode motivar a busca por respostas pragmáticas e irracionais, assim como a incorporação de técnicas aparentemente úteis, em um contexto imediatista. De tal modo, a conjuntura pode favorecer a reatualização do conservadorismo sob novas roupagens e demandas.

Netto (2015), aponta algumas hipóteses que marcam o conservadorismo na profissão como: o pragmatismo, no âmbito do exercício profissional; o metodologismo, com ênfase no tecnicismo, que supõe que a boa técnica substitui a análise crítica e a ação política coletiva na transformação da realidade; o teoricismo acrítico que não desvelam o real na sua totalidade, com abordagens que supõe a suposta neutralidade; o voluntarismo, que se alimenta da ação pragmática individualizada; o contentamento com o possibilismo ou conformismo com as mudanças institucionais a exemplo: da focalização, privatização e terceirização dos serviços e políticas públicas; o assistencialismo; o individualismo, bem como o quantitativismo e a competitividade

Além disso, assiste-se, no âmbito da profissão na cena contemporânea, a forte presença de tendências teóricas de inspiração sistêmica e pós-moderna, de bases conservadoras, estas por sua vez, redefinidas e atualizadas em conformidade aos interesses do capitalismo tardio (Mandel, 1982), ao seu projeto societário e, portanto, a sua racionalidade (Moljo; Silva, 2018). Segundo Simionatto (2009), um dos grandes

desafios colados à profissão, é o embate entre duas grandes tendências teóricas presentes no Serviço Social, a primeira e hegemônica de inspiração marxista, ancorada ao Projeto ético-político da profissão; e a segunda, de inspiração pós-moderna.

O Serviço Social defronta-se, portanto, com duas grandes tendências teóricas: uma vinculada ao fortalecimento do neoconservadorismo inspirado nas tendências pós-modernas, que compreende a ação profissional como um campo de fragmentos, restritas as demandas do mercado de trabalho, cuja apreensão requer a mobilização de um corpo de conhecimentos e técnicas que não permite extrapolar a aparência dos fenômenos sociais; e outra relacionada à tradição marxista, que compreende o exercício profissional a partir de uma perspectiva de totalidade, de caráter histórico ontológico, remetendo o particular ao universal e incluindo as determinações objetivas e subjetivas dos processos sociais. (Simionatto, 2009, p. 102)

Diante dessa realidade, a profissão é desafiada a enfrentar o neoconservadorismo e, portanto, a racionalidade instrumental burguesa, entendida como uma “racionalidade, subordinada ao alcance dos fins particulares, dos resultados imediatos, e funcional às estruturas. [...] que não se importa com a correção dos meios, nem com a legitimidade dos fins. [...] funcional a reprodução do capital” (Guerra, 2000, p.16). Para tanto, a formação profissional tem um duplo desafio no enfrentamento ao neoconservadorismo: investir na dimensão da pesquisa, de modo que possa tecer críticas fundamentadas ao fenômeno do neoconservadorismo, suas reconfigurações e funcionalidade ao modelo de sociabilidade vigente, e garantir uma formação profissional ancorada no Projeto profissional cujas diretrizes estão materializadas no Código de Ética da/o assistente social (1993), na Lei de Regulamentação da profissão 8662/93 e nas Diretrizes curriculares de 1996.

Somente assim, é possível formar sujeitos capazes de, no âmbito dos espaços sócio-ocupacionais, dar respostas críticas e criativas, reconfigurar as demandas e se posicionar diante das requisições institucionais e enfrentar a lógica capitalista, nas mais diversas políticas de atuação profissional e, portanto, tornar os espaços sócio-ocupacionais, espaços de luta e resistência. Yazbek (2020, p. 304), esclarece:

Em síntese, de modo geral a profissão é interpelada e desafiada pela necessidade de construir direitos e outras mediações políticas e ideológicas expressas sobretudo por ações de resistência e de alianças estratégicas no jogo da política em suas múltiplas dimensões, por dentro dos espaços institucionais e especialmente no contexto das lutas sociais. Seja no tempo miúdo do cotidiano, por dentro dos espaços institucionais onde atuamos, politizando nossas iniciativas, buscando novas práticas, buscando espaços a ocupar como conselhos e fóruns, considerando as variadas lutas e propostas de resistência. Seja no apoio às resistências cotidianas das classes subalternas em suas lutas em nossa sociedade, expressando que profissionalmente caminhamos junto aos nossos usuários.

Diante desse embate com os traços neoconservadores, a apropriação rigorosa da teoria social crítica de Marx, se coloca como tarefa fundamental, é preciso somar forças no cerne da categoria e fortalecer a hegemonia do pensamento crítico e progressista. Como defende Moljo e Silva (2018), é de extrema importância adensar os estudos acerca da teoria social de Marx, uma vez que constitui referência insubstituível na explicação do modo de produção capitalista e à crítica radical e anticapitalista. Longe de ser uma tarefa fácil, exige o debruçamento sob as produções originais de Marx, a apropriação mental da concretude histórica, a fidelidade à tradição marxista sem dogmatismos e reducionismos, a defesa da crítica radical que perquire a raiz de processos legitimamente humanos e a militância dentro e fora da profissão.

Ainda de acordo com os autores acima citados, é necessário e imperativo reafirmar o pluralismo no âmbito da profissão, respeitar a diversidade crítica, contudo, sem abdicar das tensões que lhes são inerentes, em função de suas divergências teóricas, éticas e ideo-políticas.

Considerações finais

A partir das ponderações analíticas apresentadas neste trabalho, podemos identificar que os reflexos macroestruturais, inerentes ao contexto de crise generalizada de superprodução do capital, que afetam o mundo do trabalho e as políticas sociais e imprime tendências regressivas no campo dos direitos, rebate significativamente, no âmbito do Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, favorecendo a intensificação de traços conservadores, seja no exercício, seja na formação profissional. A autora Boschetti (2015), ao afirmar que o conservadorismo tem obtido espaço no âmbito da profissão, mediante a expansão da formação profissional aligeirada, isto é, na modalidade a distância, nos fornece uma base acerca da proporção dos desafios colocados à profissão na contemporaneidade, tendo em vista o crescente número de cursos de Serviço Social ofertados pelas unidades de ensino não presenciais, de maneira aligeirada, precária e incompatível com as Diretrizes curriculares de 1996, que devem nortear a profissão.

Nesse sentido, não são poucos os problemas impostos à profissão, se nos limitássemos a pensar naqueles desencadeados pela formação profissional a distância, eles já seriam considerados demasiadamente desafiadores. Entretanto, não nos interessa aqui repeti-los, pois já foram problematizados, ainda que sumariamente, considerando os

limites deste trabalho. Interessa provocar e chamar atenção do leitor para necessidade de fortalecermos o Projeto Profissional do Serviço Social comprometido com a defesa dos interesses da classe trabalhadora, cujo horizonte se volta à emancipação humana, e combater o avanço do pensamento conservador na profissão, a partir do pensamento crítico progressista ancorado na tradição marxista.

Referências

BARROCO, Maria Lucia S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr/jun.2011. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ssoc/n106/n106a02.pdf. Acesso em: 15 de jan. de 2017.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Ser. Soc. Soc.**, São Paulo, n.124, p.637-651, out./dez.2015.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução na França** [1970]. São Paulo: Edipro, 2014.

E-MEC. **Número de instituições de ensino à distância que ofertam o curso de Serviço Social no Brasil**. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 15 ago. 2023.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. **Revista Serviço Social e sociedade**. São Paulo, n.62, p. 5-34, mar.2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. Ensaios críticos. Ed. 12. São Paulo: Cortez, 2013.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**: introdução de Paulo Singer. Tradução Carlos E. S. Matos; Regis de C. Andrade; Dinah de A. Azevedo. São Paulo: Abril cultural,1982.

MEDEIROS, Milena G. Conservadorismo e Serviço Social: Algumas notas. **Hum. em Per.**, v2, n.5, jul/dez.2020.

MOLJO, C. B.; SILVA, J. F.S. da. Cultura profissional e tendências teóricas atuais: O Serviço Social brasileiro em debate. In: **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Org. GUERRA, Y. et al. Campinas: Papel social, 2018.

NETTO, José P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64/ José Paulo Netto. Ed.17. São Paulo: Cortez,2015.

NISBET, Robert A. Conservadorismo e sociologia. In: MARTINS J. de S. (Org). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: HUCITEC: 1981. p. 62-76.

SIMIONATTO, I As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-política. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. CFESS, 2009

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos do Serviço Social e o enfrentamento ao conservadorismo. **Rev. Libertas**, Juiz de Fora, v. 20, n.2, p. 293-306, jul. / dez. 2020.